

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO EDITAL DE CONCESSÃO ONEROSA PARA REFORMA, GESTÃO, MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO DE INTERLAGOS.

1. Data, hora e local

Realizada no dia 1º de outubro de 2019, com início às dez horas da manhã e término ao meio dia e quinze minutos, no Auditório da Subprefeitura de Santo Amaro, localizado na Praça Floriano Peixoto, Santo Amaro, na capital do Estado de São Paulo.

2. Ordem do dia

1. Considerações iniciais;
2. Apresentação multimídia do modelo publicado para consulta pública;
3. Questionamentos e apontamentos;
4. Considerações Finais.

3. Presentes

Pela Prefeitura, representantes da Secretaria de Governo Municipal (SGM) e da São Paulo Parcerias (SPP). Composição da mesa:

- Manuelito Pereira Magalhães Junior – SGM
- Rodrigo Cintra Pires – SP Parcerias
- Mariana Moschiar Almeida – SP Parcerias
- Victor Carvalho Pessoa de Barros Silva – SP Parcerias
- Rodrigo Goulart, vereador do município de São Paulo.

Lista de presença dos participantes, anexa.

4. Síntese das discussões

4.1. Considerações iniciais:

Deu-se início à audiência pública com uma breve apresentação do Secretário-adjunto de Governo Municipal, Sr. Manuelito Pereira Magalhães Junior com uma introdução sobre o propósito da audiência pública, logo passando a palavra a Rodrigo Cintra Pires, Assessor de Diretoria da São Paulo Parcerias, que apresentou os principais aspectos do modelo da Concessão do Complexo de Interlagos em consulta pública.

Foi pontuado o potencial de uso misto do Complexo, integrando aspectos de esporte a motor e de lazer, e destacada a importância da pista para a cidade e por sua memória.

Ressaltou-se a relevância da parceria com o setor privado para melhor aproveitamento deste potencial. Foi apresentada, ainda, a linha do tempo do projeto, desde sua concepção inicial como alienação, no ano de 2017, até sua reformulação em um instrumento de concessão onerosa a partir de discussões com a sociedade, garantindo a titularidade e reversibilidade do bem à Municipalidade.

O processo de elaboração dos documentos editalícios foi então apresentado, citando-se a incorporação de subsídios apresentados no Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (“PPMI”) lançado pela Secretaria de Governo Municipal por meio de Chamamento Público, a realização de visitas técnicas pela equipe responsável pela modelagem do projeto e contatos com diferentes secretarias da Prefeitura e demais órgãos envolvidos.

Pontuaram-se, ainda, os fundamentos que basearam a elaboração do edital e seus anexos: o esporte a motor como vocação do imóvel, a utilização do equipamento pela população e o incentivo à implantação de empreendimentos sinérgicos ao uso-fim.

Seguiu-se a fala do Secretário-adjunto de Governo Municipal Manuelito Pereira Magalhães Junior, dando início à rodada de perguntas pelos participantes da audiência pública.

4.2. Questionamentos e apontamentos:

Estão apresentados, a seguir, transcrição dos questionamentos e apontamentos que dizem respeito ao tema da Consulta Pública, isto é, ao edital de concessão do Complexo de Interlagos e seus anexos, publicados em 10 de setembro de 2019, em Diário Oficial da Cidade, página 57.

- *Sérgio Berti, representante da Comissão Interlagos Hoje: – Sérgio explanou que a Comissão representa todos os usuários de esporte a motor do Autódromo e que a mudança da proposta de desestatização por meio de concessão ao invés de alienação seria favorável a estes usuários. Reforçou como interesse da Comissão a preservação da pista (porção asfaltada do circuito) e solicitou que fosse feita redação de forma mais clara sobre a preservação da pista do circuito, de forma que ela permaneça com o circuito que tem atualmente, porém com possibilidade de ser ampliada, reduzindo-se o risco de dificultar, por exemplo, reformas de atualização para critérios de segurança que eventualmente venham a ocorrer durante o período de concessão. Sérgio também apontou a importância da manutenção do kartódromo em detrimento de possível especulação imobiliária. Além disso, Sr. Berti também solicitou que os eventos musicais e festivais não sejam priorizados*

de forma a comprometer as corridas e campeonatos, impossibilitando o uso das pistas.

- *Milton Bastos, chefe do gabinete do vereador Ricardo Nunes:*
 - *Mostrou-se favorável às melhorias na concepção do projeto, indicando a pertinência da mudança de alienação para concessão onerosa. Foi citada a importância da manutenção da pista “retão” para realização de arrancadas legais. Foi também ressaltada a importância da aprovação do Projeto de Intervenção Urbana Arco Jurubatuba (“PIU ACJ”), para que os recursos gerados da desestatização do equipamento sejam mantidos para investimento na região do Complexo de Interlagos para auxílio na resolução de problemas existentes no bairro, como a urbanização de comunidades, realização de obras e preservação do “Parque Laguinho” (Parque Comandante Jacques Cousteau) e obras na Ponte Jurubatuba.*
- *Guilherme Rodrigues, representante das comunidades do entorno*
 - *Guilherme apresentou as seguintes dúvidas: Quais são as áreas consideradas como adjacentes, elas englobam as comunidades do entorno? Há um mapa delimitando este perímetro? Quais serão as obrigações do futuro concessionário com estas áreas adjacentes? Quando se fala em “perimetral”, até onde vão os deveres do concessionário? Sobre a requalificação das entradas, considerando que algumas delas fazem frente com comunidades, quais serão essas requalificações e como serão feitas, haverá participação popular?*

Quanto ao recurso da outorga, Guilherme questionou se a destinação será aplicada diretamente no entorno do Complexo e perguntou qual seria a compatibilização entre o atual projeto de concessão com o PIU ACJ, principalmente com relação às comunidades do entorno.
- *Fábio Pagotto, representante da Sociedade dos Benfeitores de Interlagos (“SBI”), formada por moradores do bairro de Interlagos:*
 - *Fábio apresentou a SBI como favorável ao processo de concessão e reforçou o esporte motor como vocação do Complexo, incluindo autódromo e kartódromo. Fábio apresentou como preocupação os possíveis impactos que a concessão pode vir a ter no bairro, considerando-se que o entorno do Complexo é residencial (“ZER-1”) e tombado como patrimônios histórico e ambiental. Os possíveis impactos apontados foram ruídos associados à realização de eventos; impactos ambientais, considerando-se sua localização entre represas e a deficiência de saneamento existente no Complexo; transporte e trânsito no entorno. Fábio também reivindicou que a receita gerada com a concessão seja utilizada no bairro.*
- *Wanderley Almeida, membro da SBI:*
 - *Wanderley questionou os valores apresentados nos anexos do Edital, argumentando que o recurso obtido durante o período da Concessão não seria suficiente para realizar as melhorias necessárias no bairro de Interlagos.*

Wanderley também expôs que o valor do custo apresentado para realização da terraplanagem obrigatória é um terço maior do que o custo de construção do Shopping Center, e solicitou esclarecimentos sobre o tipo de movimentação de terra planejado para a área. Por fim, também solicitou maior aproximação com a população local.

- *Pedro Baptista, membro do Rotary Club Kartódromo:*
 - *Pedro apresentou preocupações quanto à possível remoção ou alteração da localização do kartódromo para implantação de empreendimentos.*

- *Augusto, membro da “Comissão da arrancada”:*
 - *Augusto solicitou esclarecimentos acerca do termo “melhorias no retão” apresentado nos documentos editalícios, que segundo ele ficou vago. Ele apresentou brevemente o projeto “Racha é crime”, do qual participa, que visa incentivar o uso de locais legais para a realização deste tipo de competição, em detrimento de sua execução em vias abertas. Augusto criticou a inexistência ou insuficiência de estruturas de apoio, como sanitários, na pista “retão” do Complexo de Interlagos, e solicitou o desenvolvimento de um espaço suficientemente equipado para a viabilização das competições, com no mínimo estruturas de arquibancada nos dois lados da pista. Augusto ressaltou que tais estruturas poderiam ser benéficas também para a realização de outros tipos de eventos.*

- *Marcelo Kardovitch, morador da região e profissional de esporte a motor:*
 - *Marcelo posicionou-se favorável à concessão, porém destacou pontos que considera relevantes: a violação à “Lei do PSIU” e atos de destruição e degradação de estruturas do entorno que vem ocorrendo atualmente durante shows. Quanto ao prazo de execução das obras obrigatórias pelo concessionário, de 03 (três) anos, Marcelo questionou se há risco de o autódromo ser fechado por algum período além dos 80 dias previstos nos documentos editalícios, em função destas reformas ou da implantação de possíveis empreendimentos associados. Sobre a implantação de galpões logísticos, apresentados no Plano de Negócios Referencial, Marcelo mostrou-se cético quanto à capacidade da infraestrutura viária do entorno em absorver os fluxos gerados por estes equipamentos. Ressaltou ainda a impossibilidade em se acessar tais galpões quando do fechamento do autódromo e questionou sobre quais poderiam ser as soluções para este problema operacional. Sobre a realização de arrancadas no “retão”, Marcelo ressaltou sua importância, porém destacou a necessidade de cumprimento da “Lei do PSIU”.*

- *Rodrigo Stehling, piloto de kart, engenheiro no setor público e fundador da “Acelera BR”:*
 - *Rodrigo afirmou existir no Brasil carência de qualidade e sustentabilidade ambiental, econômica e urbanística em projetos ligados ao esporte a motor. Neste sentido, ressaltou a importância de que, no projeto desenhado para o Complexo de Interlagos, seja considerada a qualidade urbanística, que poderia ter influência na valorização ou desvalorização de seu entorno e na qualidade de vida da população. Rodrigo destacou também a importância de que os empreendimentos*

associados a serem implantados na área tenham sinergia com o automobilismo, e considerem a valorização do bairro, dando como exemplo possível um museu de automobilismo. Rodrigo mostrou-se preocupado, por exemplo, com a instalação de “galpões logístico-industriais”, que segundo ele, descaracterizariam o Complexo. Por fim, Rodrigo sintetizou sua fala solicitando que nos documentos editalícios e na concessão fossem avaliados aspectos de qualidade de projeto.

- *Renato Servos, membro do conselho do bairro e da SBI:*
 - *Renato apresentou a seguinte dúvida: No projeto de concessão, nada se mostrou de melhorias para com os moradores do entorno, o que vocês pretendem fazer com relação a aspectos de acessibilidade e urbanização? Renato listou alguns problemas históricos do bairro e a negligência da PMSP, mostrando-se preocupado com a possibilidade de a concessão retirar esforços da administração pública do bairro.*
- *Rodrigo Goulart, vereador do município de São Paulo e morador do bairro:*
 - *Rodrigo destacou a importância da manutenção das pistas do autódromo e kartódromo, incluindo suas atuais localizações. Rodrigo opinou que os prazos e riscos de fechamento do Complexo para quaisquer tipos de reforma ou usos poderão ser reduzidos com a concessão. O vereador destacou ainda a concessão e o PIU ACJ como oportunidades para preservação do autódromo e valorização do bairro.*

5. Considerações Finais

Foram realizadas duas rodadas de perguntas e apontamentos, somando-se onze intervenções e participações na audiência, cada rodada seguiu-se a fala do Secretário-adjunto de Governo Municipal, Sr. Manuelito Pereira Magalhães Junior, sintetizando as considerações feitas pelos participantes e prestando os esclarecimentos respectivos.

Manuelito ressaltou o embasamento do projeto de concessão no respeito à história e vocação do Complexo, com preservação dos equipamentos autódromo e kartódromo. Por outro lado, destacou a complexidade do projeto e seu prazo de 35 anos, assim como a atual vocação do Complexo para eventos e, portanto, da necessidade de compatibilização e convívio dos diferentes usos e interesses.

O secretário-adjunto também esclareceu que o projeto referencial apresentado nos documentos editalícios não se coloca como obrigação ao concessionário, mas apenas como previsão de implantação e de potencial geração de receitas. Foi ressaltado também que todas as intervenções a serem implementadas pelo concessionário deverão estar de acordo com a legislação vigente e passarão por aprovação dos órgãos de fiscalização competentes.

Quanto à destinação dos recursos gerados com o processo de desestatização, esclareceu-se que eles seguirão as diretrizes do Programa Municipal de Desestatização, sendo aplicados ao Fundo de Desenvolvimento Social, cuja alocação em diferentes

setores ou regiões encontra-se sob decisão do poder executivo em conjunto com o poder legislativo, no processo de discussão orçamentária.

Em relação aos questionamentos sobre as melhorias na pista “retão”, Manuelito ressaltou a obrigação de construção e melhoria das arquibancadas, instalação de sanitários, entradas independentes, entre outros, com intuito de alavancar a realização destas competições.

Quanto ao questionamento sobre o risco de fechamento do Complexo durante a realização das intervenções obrigatórias ou outras, Manuelito salientou a obrigação imposta ao futuro concessionário de cumprir os contratos existentes pelo prazo previsto na concessão e a lógica de mercado de busca pela mínima interferência em suas fontes de receita.

Foi apontado, ainda, que o projeto apresentado nos documentos é referencial e que o edital limita-se a estabelecer ao concessionário obrigações e restrições no intuito de garantir a vocação do equipamento e o cumprimento de requisitos mínimos.

Por fim, agradeceu-se a realização da audiência e enfatizou a importância do processo de consulta pública para recepção e incorporação de demandas da sociedade civil nos documentos editalícios, indicando que mais informações e contribuições relacionadas ao projeto poderiam ser solicitadas e enviadas à SGM por e-mail, onde seriam todas bem-vindas e analisadas.

Sem mais considerações, a audiência foi encerrada às 12h15.